

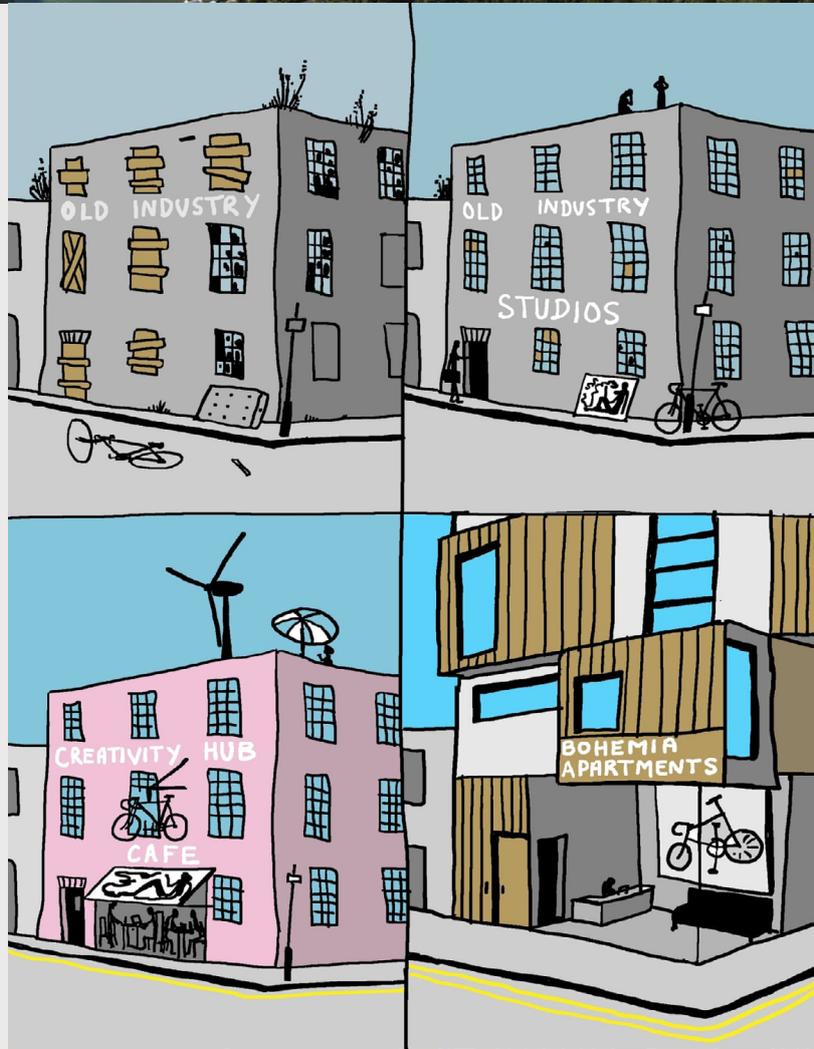


# Gentrificação

*Primeiros ensaios*

*Fernando Oliveira Amorim  
Eduardo Augusto Werneck Ribeiro  
(Organizadores)*

2021



## **Catálogo na Publicação (CIP)**

**Ficha Catalográfica feita pelo autor**

**O68tfa** *Gentrificação: Primeiros ensaios / Fernando Oliveira Amorim, Eduardo Augusto Werneck Ribeiro (organizadores)* .1º edição - Araquari (SC): Editora Casa de Hiram, 2021, 61 p.

**ISBN: 978-65-00-17542-4**

**Inclui bibliografia**

**Imagens coloridas**

**Formato: pdf**

1. Gentrificação. 2. Reflexões. Desigualdade. I - Amorim, Fernando Oliveira. II - Ribeiro, Eduardo Augusto Werneck Ribeiro

**CDU 912**

### **Capa:**

Montagem ilustrativa a partir das imagens publicadas em:

1 - Clickcamboriu (2015), disponível em: <https://www.clickcamboriu.com.br/blogs/historia-e-curiosidades/2015/07/5-fotos-que-mostram-o-antes-e-depois-de-balneario-camboriu-126393.html>

2 - Opendemocracy (2015), disponível: <https://www.opendemocracy.net/en/opendemocracyuk/love-where-you-live-and-other-lies-of-gentrification/>

3 - Grayson Perry (2014), disponível: <https://www.theguardian.com/artanddesign/gallery/2014/sep/12/grayson-perry-comic-art-world-jackson-pollock-damien-hirst-in-pictures#img-10>

*Fernando Oliveira Amorim*  
*Eduardo Augusto Werneck Ribeiro*

(Organizadores)

# *Gentrificação*

*Primeiros ensaios*

1º edição

**Casa de Hiram**

**2021**

# Sumário

## ***Gentrificação e (In)Justiça Ambiental***

*Eduardo Augusto Werneck Ribeiro e Fernando de Oliveira Amorim* ..... 5

## ***Conflitos de território, meio ambiente e sociedade***

*Camila Luzia Rufino* ..... 8

## ***Aspectos e impactos socioambientais da atividade carbonífera na região de Criciúma - SC***

*Éliton Pires* ..... 13

## ***Balneário Camboriú e as mudanças da paisagem***

*Frankie Tiegs* ..... 15

## ***Análise e diagnóstico sobre o processo de ocupação urbana da área de estudo: Comunidade Pedro Krauss - Município de Blumenau***

*Fernanda Amaral Gois* ..... 20

## ***Conflitos das atividades econômicas desenvolvidas na Baía Babitonga***

*Helena Pueres Roldão* ..... 25

## ***Expansão Urbana de Araquari – Processo de gentrificação***

*Gracianne Kovalski de Melo* ..... 29

## ***Análise dos impactos da construção de Santo Antônio e Jiral no município de Porto Velho - RO***

*Jairo Tschurtschenthaler Costa* ..... 34

## ***Pesquisa de informações e respostas às questões do roteiro de análise***

*Mateus Lopes da Silva Tosetto* ..... 40

# *Gentrificação e (In)Justiça Ambiental*

*Prof. Dr. Eduardo Augusto Werneck Ribeiro*

*Prof. Dr. Fernando de Oliveira Amorim*

Muitas iniciativas de planejamento urbano e produção do espaço urbano que buscam regenerar e/ou revitalizar áreas dentro de uma estratégia econômica urbana impactam diretamente o modo de vida da população atingida. Termos como regeneração ou revitalização urbana passam a ser o novo *modus operandi* das políticas públicas. Para o geógrafo escocês Neil Smith, em seu artigo *Toward a theory of gentrification: A Back to the City Movement by Capital, not People (1979)*, o uso destes termos seria uma justificativa ideológica de substituição da linguagem simples e honesta da “gentrificação”, uma vez que expõe as reais mudanças sociais implicadas nesta “regeneração” urbana. A gentrificação seria uma combinação de poderes e práticas implementadas com a intenção de “reconquistar” partes da cidade através de renovação urbana de dimensão classista. Esse processo passa a ser a luta por espaço estratégico reivindicado por grupos sociais, sinônimo de reconquista por camadas afluentes mais ricas.

Esses processos de regeneração, renovação, reconquista geram “pressões” ao promover uma expulsão direta de parte da população moradora através da desocupação/desapropriação de imóveis e antigos locais de moradia. Promove ainda uma expulsão indireta com a implantação de novos usos provenientes da renovação urbana e uma conseqüente elevação do custo de vida, inviabilizando a permanência destes moradores. Essa expulsão conduz a um processo de mobilidade urbana na busca por novas moradias. Neste cenário, uma parcela significativa da população expulsa, principalmente àqueles em situação de vulnerabilidade social, acabam ocupando as margens de mananciais, encostas de morros suscetíveis a deslizamentos, dentre outros locais insalubres.

Os principais fatores de “pressão” sobre o meio ambiente podem ser resumidos a partir do 1) avanço descontrolado da área urbanizada sobre áreas florestadas, 2) ocupação irregular de áreas de preservação ambiental

e preservação permanente às margens dos recursos hídricos, 3) déficit crescente da infraestrutura de recolhimento e destinação de esgotos sanitários e 4) insuficiência no sistema de coleta dos resíduos sólidos nas áreas de ocupação irregular. Este problema socioambiental evidencia alterações no estado do meio ambiente e reduz a qualidade de vida da população diretamente ligada a este espaço. Esses fatores associados ao uso intensivo de determinados recursos naturais contribuem para a geração de um “estado/situação” no qual o ambiente se torna contaminado ou deteriorado, facilitando a exposição humana a fatores ambientais de risco que geram “efeitos” em sua qualidade de vida.

Tristemente é possível observar uma dura insensibilidade e incompreensão de que o processo de degradação ambiental é um processo de degradação social, e vice-versa. Como afirma a geógrafa Arlete Rodrigues, em seu livro “Produção do espaço e ambiente urbano” (2006), estes problemas urbanos denominados como ambientais, são na realidade problemas sociais. Esse conflito entre pobreza urbana e risco ambiental compõe um quadro no qual espoliação, exploração e injustiça ambiental são faces de um mesmo problema: longo período de desrespeito ao meio ambiente concretizado na busca do capitalismo pelo lucro fácil e na ação dos governantes que visam o desenvolvimento a qualquer custo. Mesmo considerando que o espaço urbano é um espaço social e, portanto, muda com o processo histórico, ao olhar para a realidade das ocupações dos recursos hídricos, mananciais e encostas de morros constata-se uma naturalização da pobreza.

A exclusão socioespacial, acentuação da pobreza e degradação ambiental gera um quadro de injustiças socioambientais. Neste contexto, torna-se importante os estudos que visam compreender o processo de ocupação do espaço na região de Joinville e Baía do Babitonga.

# *Relatos de Experiência*

# *Conflitos de território, meio ambiente e sociedade*

*Camila Luzia Rufino*

Ao contextualizar meio ambiente, todas as coisas, sendo elas vivas e não vivas, possuem importância dentro do espaço. Portanto, a ligação entre seres humanos, vegetação, animais, micro-organismos, solo, rochas e atmosfera compreende conexão direta e dependente uma da outra. Por outro lado, ao definir a palavra sociedade, liga-se diretamente um sistema de relações que conecta indivíduos a indivíduos. A união destes dois termos e identificação de quando uma sociedade afeta o meio ambiente implica na busca de melhorias e critérios que mitiguem a interferência humana nele.

Um dos principais documentos a trazer a ligação e preocupação entre o ser humano e meio ambiente, assim como o primeiro afeta diretamente no segundo, além de ser o pioneiro a trazer o conceito de desenvolvimento sustentável foi o Relatório Nosso Futuro Comum(1988). Nele, é descrito que para alcançar tal desenvolvimento as necessidades essenciais dos pobres são as que devem receber a máxima prioridade e que se exige que haja preferência no crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estejam atendidas.

Pensando assim, existem duas definições importantíssimas do por que o desenvolvimento sustentável ainda não foi atingido. São elas a de Racismo Ambiental e Apartheid Climático.

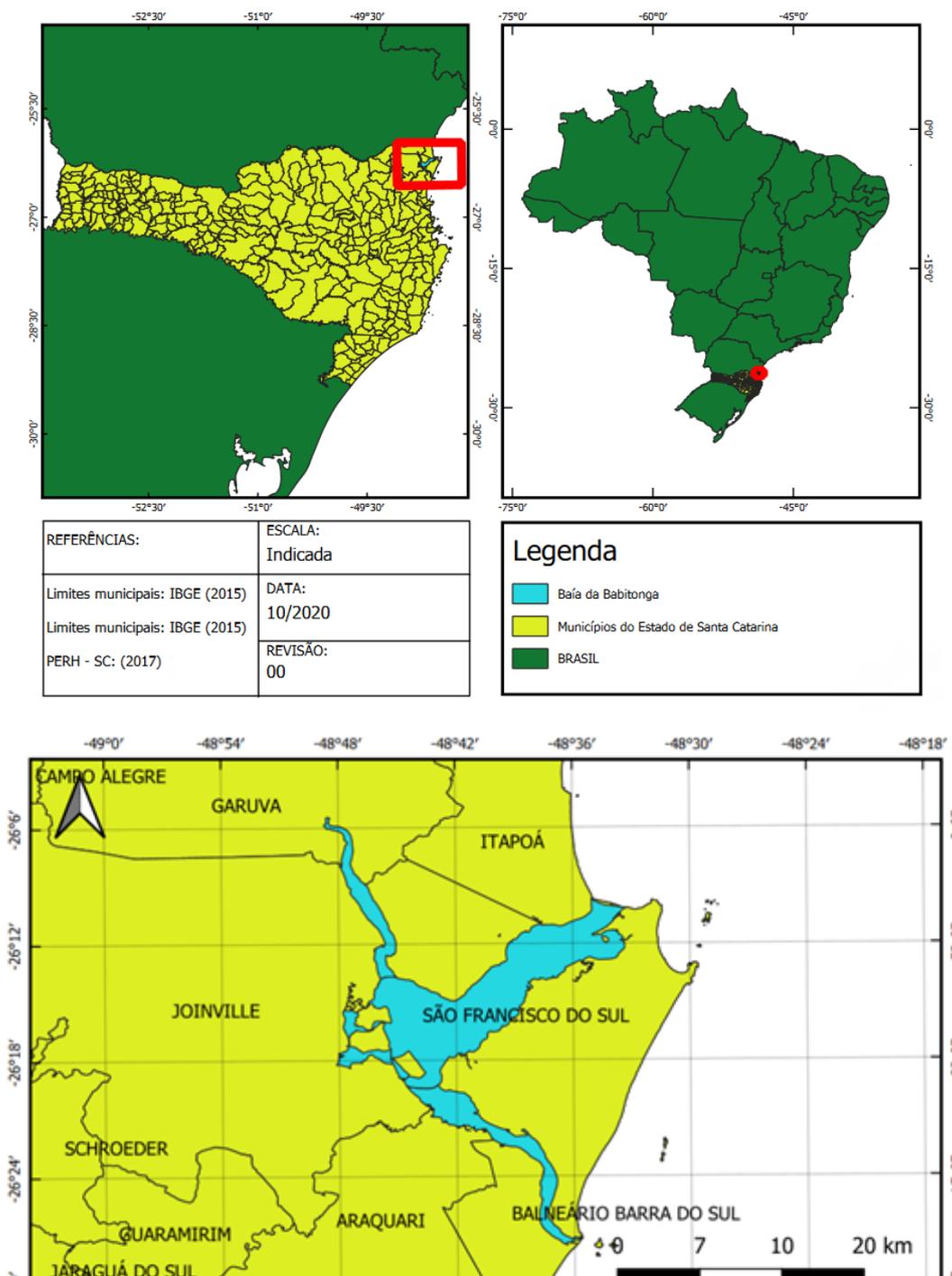
Racismo ambiental é a discriminação racial e direcionamento de tais comunidades para instalações de lugares onde há a presença de venenos e/ou poluentes com risco de vida a elas (ALMEIDA, PIRES, TOTTI, 2015). Além disso, este termo possui muita ligação com a colonização exercida sobre territórios já ocupados com poder militar e/ou político subtraindo direitos e bens como terra arável ou de pastagem além da chegada de grandes empreendimentos desenvolvimentistas que expulsa populações originárias de seus territórios, destrói suas culturas e degrada o ambiente.

Segundo Charleaux (2019), Apartheid Climático acontece em um ambiente onde as mudanças climáticas provocam calor extremos e secas intensas. Segundo o autor países serão diferentemente afetados conforme sua posição física, econômica e social, visto que países mais desenvolvidos possuem mais recursos para lidar com tais danos do que países que passam por maiores dificuldades ao longo da trajetória histórica. Além disso, áreas com clima mais estável serão de disputa, e os mais ricos consequentemente terão privilégios entre elas.

Uma análise de dados de mais de 7 mil desastres ocorridos nos últimos 20 anos e que causaram a morte de cerca de 1,3 milhão de pessoas realizado pela Organização das Nações Unidas (2016) mostra que 90% dessas mortes foram em países de rendas média e baixa, sendo que estes são os que menos contribuem para a emissão dos gases de efeito estufa. O desastre ocasionado no Haiti em 2010 foi o que culminou no maior número de mortes, sendo de 200 mil pessoas.

Porém, tais análises podem ser realizadas em menores escalas, como por exemplo, no território catarinense, não considerando os grandes desastres ambientais, mas de modo que afetam diretamente populações de menor renda e, consequentemente, nos ambientes que vivem. A área considerada foi a da Baía da Babitonga, região que movimenta quase 60% da carga portuária do estado de Santa Catarina e que parte pertence à Joinville, importante e maior município do estado.

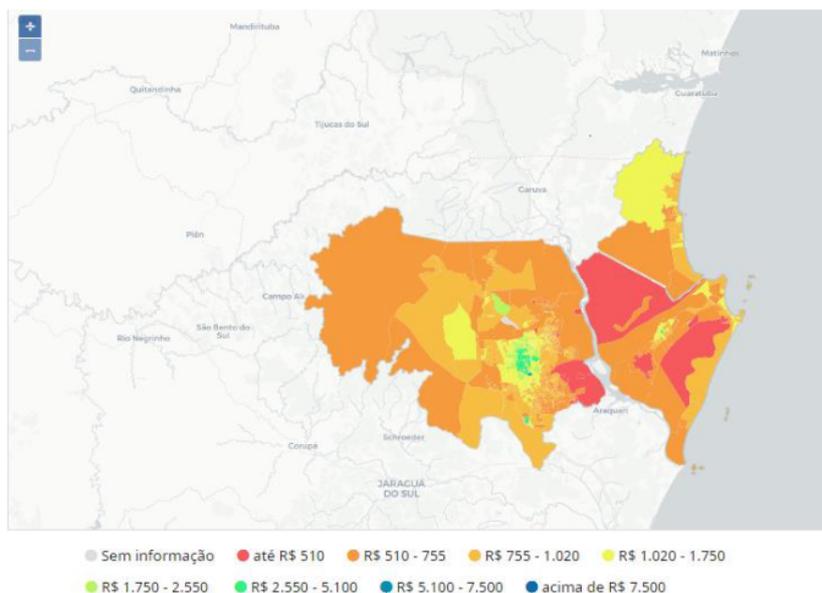
**Figura 1: Localização da Baía da Babitonga**



Fonte: Autor (2020).

A imagem a seguir é um compilado da plataforma Datapedia (2020) que reúne os dados oferecidos pelo censo IBGE de 2010. Nela é possível observar que nas áreas centrais dos três municípios compreendidos pela Baía da Babitonga encontram-se as famílias com as maiores concentrações de renda, e nas áreas periféricas, as menores.

**Figura 1: Compilado de rendas por região de Itapoá, Joinville e São Francisco do Sul.**



Fonte: Atlas Brasil 2013 – Censo 2010. Compilado por Datapedia.

Por residirem em regiões mais afastadas dos centros urbanos, as regiões de contorno são afetadas por uma coleta ineficiente de lixo e esgoto e até mesmo abastecimento precário de água de qualidade. Isso afeta diretamente a costa, podendo impactar além do solo, os ambientes marinhos e estuários.

Portanto, ações ligadas ao meio ambiente sempre e ainda mais hoje em dia, devem ser pensadas em um todo, visando pessoas em situação de vulnerabilidade social, para que, ao longo do tempo não sofram drasticamente com ações dos maiores favorecidos economicamente.

## Referências

ALMEIDA, Daniela dos Santos; PIRES, Thula; TOTTI, Virgínia. Racismo Ambiental e a Distribuição Racialmente Desigual dos Danos Ambientais no Brasil, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: [http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio\\_resumo2015/relatorios\\_pdf/ccs/DIR/DIR-Daniela\\_Almeida.pdf](http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2015/relatorios_pdf/ccs/DIR/DIR-Daniela_Almeida.pdf). Acesso em: 20 nov. 2020.

CHARLEAUX, João Paulo. O que é o apartheid climático apontado pela ONU. Nexo Jornal, [S. l.], p. 1-2, 26 jun. 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/06/26/O-que-%C3%A9-o-apartheid-clim%C3%A1tico-apontado-pela-ONU>. Acesso em: 20 nov. 2020.

DATAPEDEIA. Renda nos Setores: Itapoá - SC. Disponível em: <https://datapedia.info/cidade/3489/sc/itapoa#renda-setores>. Acesso em: 20 nov. 2020.

DATAPEDEIA. Renda nos Setores: Joinville - SC. Disponível em: <https://datapedia.info/cidade/3489/sc/joinville#renda-setores>. Acesso em: 20 nov. 2020.

DATAPEDEIA. Renda nos Setores: São Francisco do Sul - SC. Disponível em: <https://datapedia.info/cidade/3489/sc/são-francisco-do-sul#renda-setores>. Acesso em: 20 nov. 2020.

NOSSO FUTURO COMUM (Relatório Brundtland). Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod\\_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf). Acesso em: 20 nov. 2020.

ONU-ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório: Pobreza e morte: mortalidade em desastres 1996-2015. Nova York, 2016.

# *Aspectos e impactos socioambientais da atividade carbonífera na região de Criciúma - SC.*

*Élton Pires*

Este texto busca fazer algumas considerações da problemática socioambiental do carvão acerca da região carbonífera de Criciúma, Santa Catarina. Estes conflitos são fundamentais para entender a degradação ambiental, a saúde humana e os aspectos sociais que a atividade causa na vida das pessoas na região.

As jazidas de carvão em Santa Catarina se encontram na Bacia Carbonífera Sul Catarinense que está localizada na borda leste da Bacia Sedimentar do Paraná. Situa-se em uma faixa alongada no sentido norte-sul com aproximadamente 100 Km de comprimento e 20 Km de largura, desde o município de Araranguá até além de Lauro Müller. Três são as Bacias Hidrográficas que são atingidas pela atividade carbonífera em no estado: Bacia do Rio Tubarão, Bacia do Rio Urussanga e Bacia do Rio Araranguá. A maioria das jazidas brasileiras acompanha linhas de afloramentos das camadas de carvão próximas à borda atual da Bacia Sedimentar do Paraná, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (RAVAZZOLI, 2013).

**Figura 1: região carbonífera de Criciúma, sul de Santa Catarina.**



Fonte Ravazzoli, 2013

Além de cidades e estradas, foram os primeiros a encontrar carvão de pedra na região Sul de Santa Catarina. Os indígenas também conheciam essas pedras que queimavam, porém os tropeiros reconheceram seu valor econômico e levaram a notícia até a Corte, o que despertou interesse (BELOLLI, 2002).

Por meio de estratégias políticas e com objetivo econômico, esta atividade inicia em 1895 e vai se consolidando até 1945.

A relação entre ambiente e saúde desta região contrasta com as decisões políticas, especialmente no período de intensa atividade a partir da década de 1970.

As comunidades tiveram que aprender a conviver com a poluição do carvão que atingiu principalmente seus rios e lençol freático, bem como afetou a paisagem de toda a região da bacia carbonífera.

A região de Criciúma é crítica em termos de poluição ambiental e de condições de vida de uma importante parcela da população.

A problemática socioambiental de Criciúma e região, evidenciada através da degradação do ambiente físico natural e social da região, explícita riscos e vulnerabilidade ambiental ímpar. Para que os problemas observados sejam solucionados faz-se necessário um alto investimento na recuperação ambiental da área, na reorientação econômica da região e, particularmente, em processos de educação ambiental e de formação de consciência crítica da população e de seus dirigentes. Neste aspecto e tomadas as devidas providências, acredita-se que a melhoria das condições econômicas, a intensificação da participação política e a promoção da educação/cultura irão diminuir os impactos dos riscos gerados pela exploração do carvão e reduzirão as condições de alta vulnerabilidade socioambiental evidenciadas neste estudo (GONÇALVES e MENDONÇA, 2007).

Por fim, acredito que o planejamento urbano, quando articulado com a distribuição de renda, a assistência às famílias em vulnerabilidade social, execução de programas de recuperação, preservação, educação ambiental e empreendedorismo resulta em benefícios para a região. As atividades organizadas fazem com que o acesso e ampliação da renda das

famílias as condições de vida da comunidade, aconteçam de forma efetiva, assim, criando condições suficientes para melhorar a relação das pessoas com seu meio ambiente.

## **Referências**

BELOLLI, Mário et al. A História do Carvão de Santa Catarina. Criciúma: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002.

GONÇALVES, T.M.; MENDONÇA, F.A. Impactos, riscos e vulnerabilidade socioambientais da produção do carvão em Criciúma (Brasil.) Curitiba, n. 14, p. 55-65, 2007. Editora UFPR.

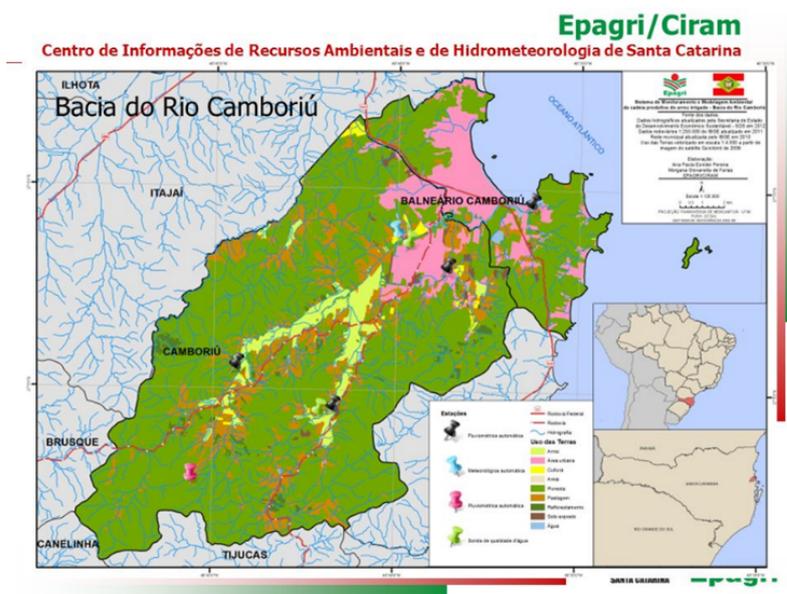
RAVAZZOLI, Cláudia. Problemática Ambiental do Carvão em Santa Catarina: Sua evolução até os termos de ajustamento de conduta vigente entre os anos de 2005 e 2010. Geografia em Questão: V.06, N. 01, pág. 179-201, 2013.

# Balneário Camboriú e as mudanças da paisagem

Frankie Tiegs

A colonização do litoral Catarinense, em especial o litoral de Balneário Camboriú, remonta a muitos séculos e, em 1970 descobriu-se um sítio arqueológico na Praia de Laranjeiras, onde foram encontrados fósseis de 3.000 anos e sambaquis, conforme Arquivo Histórico deste município. Por volta de meados do século XX teve início um grande fluxo humano na ocupação desta área, primeiro na cidade de Camboriú. Após alguns anos, inicia-se a tomada do litoral, levando inclusive ao desmembramento e, em 1964, surge Balneário Camboriú.

**Figura 1 - Mapa da bacia hidrográfica do rio Camboriú.**



Fonte: Epagri, 2021

Balneário Camboriú é a segunda cidade com o IDH mais alto de Santa Catarina, com 0,845. Florianópolis é a primeira com 0,847. Camboriú é a 169 cidade com IDH de 0,726, considerado alto.

O rio Camboriú viu estas duas cidades se desenvolverem em seu entorno, sendo Camboriú um grande produtor agrícola, sem controle satisfatório das autoridades, é fonte de poluição. A mata ciliar é esparsa,

insuficiente, em grande parte com uma ocupação desordenada de suas margens.

A mudança da paisagem (BLAINSKI et al., 2017), principalmente urbana, é desconcertante e identificamos 4 mundos distintos quando navegamos rio acima.

No território de Balneário Camboriú encontramos o primeiro, constituído pela ocupação por imponentes prédios, condomínios e marinas.

**Figura 2 - Imagem de Balneário Camboriú**



Fonte: XXX

Fonte: O Atlântico, 2021

O segundo é de casas simples de pescadores e mangues ainda intactos.

**Figura 3 - Imagem do rio Camboriú e barcos de pescadores**



Fonte: Turismo Camboriú, 2021

No município de Camboriú está o terceiro, que é de ocupação desordenada, favelas que ocupam áreas sem nenhuma infraestrutura.

#### **Figura 4 - Imagem da ocupação irregular no rio Camboriú.**



Fonte: Turismo Camboriú (2021)

O quarto e último é formado por lavouras e pastos, que encontram o rio sem nenhuma proteção.

#### **Figura 5 - Imagem rural de Camboriú**



Fonte: Epagri (2020)

A paisagem continua mudando, sempre empurrando a população para o interior e, com isso, liberando as margens do rio para empreendimentos cada vez mais suntuosos, muito semelhante aos textos analisados em aula, onde é apresentado um bairro pobre que foi se transformado em uma área nobre. A sociedade até vê com orgulho esta mudança estrutural, mas

não percebe o custo ambiental e social. Está inchando a cidade vizinha (Camboriú), que não tem condições de arcar sozinha com a demanda social, saúde, segurança e educação. É necessária uma ação conjunta entre as esferas públicas e privadas, recuperação da mata ciliar, controle de uso de agrotóxicos, como também um trabalho de relocação das pessoas que ocupam áreas marginais dos rios, buscando mantê-las próximas ao seu território natural.

As duas cidades precisam achar uma forma de trabalhar juntas para o enfrentamento desta situação, caso contrário a inação será cobrada na forma de crescentes embates sociais, atingindo inclusive os mais abastados enclausurados em suas fortificações luxuosas.

## **Referências**

BLAINSKI, É. et al. Simulation of land use scenarios in the Camboriú River Basin using the SWAT model. Rbrh, v. 22, n. 0, 2017.

Imagens:

1- <https://ciram.epagri.sc.gov.br/>

2- <https://oatlantico.com.br/campanha-rio-camboriu-sem-plastico-conscientiza-estudantes/>

3 - <https://turismo.camboriu.sc.gov.br/o-que-fazer/item/rio-camboriu>

# ***Análise e diagnóstico sobre o processo de ocupação urbana da área de estudo: Comunidade Pedro Krauss - Município de Blumenau***

*Fernanda Amaral Gois*

A ocupação urbana no município de Blumenau iniciou com a distribuição de lotes coloniais, seguindo cursos de rios, ribeirões e riachos. Seguiu um sistema de ocupação trazido da Alemanha, o qual definia lotes estreitos e compridos (FERRAREZI BECKEDORFF et al., 2017). A necessidade da água para a agricultura, tanto quanto o fato de que o transporte inicialmente era realizado através de rios, fizeram com que a ocupação acontecesse de forma linear e radial com eixos paralelos aos cursos d'água, estendendo-se até os morros (PELUSO, 1991 apud FERRAREZI BECKEDORFF et al., 2017). Porém, para ocorrer essa ocupação inicial, foram necessárias alterações na topografia do município, como execução de aterros e corte, que colocaram as edificações em áreas suscetíveis a cheias e deslizamentos de margens ou encostas quando realizadas nos morros.

A partir do momento que a cidade passou a se industrializar, com destaque para o setor têxtil, surgiu a necessidade das fábricas se distanciarem do centro urbano em busca de grandes áreas e recursos hídricos, o que fez com que se estabelecessem nas regiões dos ribeirões afluentes, e a partir daí surgiram as vilas operárias e, isoladamente, se formaram os bairros da cidade (MORETTI, 2006).

Estes dois primeiros eventos socioeconômicos – a agricultura e a industrialização – revelaram uma dupla concentração. A primeira foi marcada pela aglomeração e urbanização das áreas centrais próximas ao rio e a segunda intensificou a migração em busca de novas oportunidades de emprego (SIEBERT, 2009).

Após este período industrial, iniciou-se um novo modelo de economia baseado no setor da prestação de serviços, em especial na área tecnológica. Estas atividades se estabeleceram nos centros urbanos, o que marcou este período por um novo modelo de moradia. Surgiu a verticalização dos edifícios, justificados pela possibilidade de ocupação nas áreas alagáveis centrais. Este processo, tornou os empreendimentos bem localizados e seguros, porém fora do alcance de parte da população, incentivando a desigualdade a partir da exploração imobiliária (FERRAREZI BECKEDORFF et al., 2017).

Além disso, o cenário sofreu mudanças com os impactos decorrentes das enchentes de 1983 e 1984, quando o Plano Diretor de Blumenau passou a limitar a ocupação do solo somente acima da cota 10, fazendo com que os morros passassem a ser adensados rapidamente (SIEBERT, 2009).

A sobreposição dessas três estruturas econômicas urbanas – a cidade agrícola, a cidade industrial e a cidade tecnológica e de prestação de serviços – resultou na configuração atual de Blumenau. Através desta configuração encontrou-se uma série de dificuldades para o planejamento e desenvolvimento da cidade, sendo que por mais que os Planos Diretores tenham estabelecido critérios quanto ao parcelamento, uso e ocupação do solo, aberturas de vias e direcionamento da cidade, a sua estrutura original dificultou o planejamento, visto que sobrecarregou a capacidade assimilativa do ambiente. Os padrões de uso e ocupação do solo dentro do modelo de desenvolvimento adotado, comprometeram a relação entre sociedade e natureza na região (FERRAREZI BECKEDORFF et al., 2017).

Entre as frequentes enchentes ou os fatais deslizamentos, à população de baixa renda restou apenas as áreas sujeitas aos desastres, como margens de rios e ribeirões e, principalmente encostas de morros (FERRAREZI BECKEDORFF et al., 2017). Como o caso da Comunidade Pedro Krauss (figura abaixo), onde vivem em torno de 700 famílias em situações precárias, em relação a infraestrutura urbana e condições sociais. Sendo esta comunidade estabelecida em área de risco com alta suscetibilidade a escorregamento, a qual teve sua situação agravada ainda mais no desastre de 2008.

## Figura 1 – Localização Comunidade Pedro Krauss



Fonte: Google Earth, 2020.

A forma como se deu o desenvolvimento local, ou seja, as divisões de classes que foram demarcadas desde o início da constituição do espaço urbano, assim como as decisões políticas sobre a forma de utilização do solo, foram as principais causas da forma “desordenada” de ocupação e da exposição sensível de grande parte da população aos desastres. Longe das áreas privilegiadas há os locais onde os moradores convivem com situações de habitação precária, terrenos irregulares ou em área de risco, com infraestrutura precária ou inexistente, falta de área de lazer e convivência (SAMAGAIA, 2010).

Todas essas situações apontadas remetem a um planejamento urbano tardio em relação as áreas de ocupação ilegal. A ausência de políticas públicas em favorecimento do desenvolvimento urbano, faz com que haja habitantes moradores de áreas de risco.

Os desastres na cidade são originados de construções sociopolíticas e ambientais, fruto de embates de interesses e ausência de ações governamentais

inclusivas às áreas periféricas (FERRAREZI BECKEDORFF et al., 2017). Na área estudada percebe-se a presença tímida do Estado, na forma concreta da existência de alguns serviços como as Unidades de Estratégia da Saúde da Família, escolas e serviços de água, porém a precariedade no atendimento destes serviços é nítida (AVILA et. al., 2017). O abastecimento de água atinge parte dos moradores, mas muitos ainda dependem de nascentes, já a rede pública de coleta de esgoto é inexistente.

E infelizmente é frente a essa situação precária que a população se vê obrigada a buscar por meios próprios, alternativas para resolver seus problemas de moradia e infraestrutura básica. Como foi o caso de muitas famílias da Comunidade Pedro Krauss, após a tragédia socioambiental de 2008 - num só local, 42 moradias foram totalmente destruídas por escorregamentos ou condenadas pela Defesa Civil durante o desastre de 2008 (AVILA e SAMAGAIA, 2013) - os quais tiveram que retornar para a área afetada e reconstruir suas casas, sendo que mesmo antes do desastre já vinham, há anos, solicitando resposta da administração pública para a situação vivida por eles (SAMAGAIA, 2010).

Por fim, acredita-se que comunidades locais, organizadas em movimentos, possam construir fóruns de discussão enquanto cidadãos, buscando participar dos espaços de decisão nas cidades. Além disso, uma mudança radical na política do desenvolvimento, pode alcançar melhores padrões de habitabilidade para as classes pobres, e as políticas públicas são importantes instrumentos de intervenção neste quadro, porém no que se refere a elas, para que sejam mais efetivas, é necessário contar com a elaboração de políticas urbanas articuladas diretamente com políticas econômicas e sociais (SAMAGAIA, 2010).

## **Referências**

AVILA, M. R. R.. SAMAGAIA, J.. Reconhecimento e caracterização das áreas de concentração de pobreza em Blumenau/SC. Relatório Final de Pesquisa/FUMDES/Art. 171. Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Programa de Extensão Assessoria e Capacitação

Comunitária. Blumenau, 2013.

AVILA, Maria Roseli Rossi; SAMAGAIA, Jacqueline; GESSELE, Cleide. Território e Desigualdade: áreas de concentração de pobreza e de risco em Blumenau. 2017.

FERRAREZI BECKEDORFF, Frederico; MATTEDI, Marcos Antonio; GARBARI, Alice. Desenvolvimento, desastres e economia: os fatores determinantes na formação urbana de Blumenau. Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2017.

MORETTI, Silvana M. Fábrica e espaço urbano: A influência da industrialização na formação dos bairros e no desenvolvimento da vida urbana em Blumenau. UFSC: Dissertação de Mestrado em Geografia, 2006.

SAMAGAIA, Jacqueline. Globalização e Cidade: reconfigurações dos espaços de pobreza em Blumenau/SC. Florianópolis, 2010. 263 f. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.

SIEBERT, Cláudia. (Des)controle urbano no vale do Itajaí. In: BEATE, Franke; SEVEGNANI, Lucia.(org) Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: Água, gente e política. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.

# ***Conflitos das atividades econômicas desenvolvidas na Baía Babitonga***

*Helena Pueres Roldão*

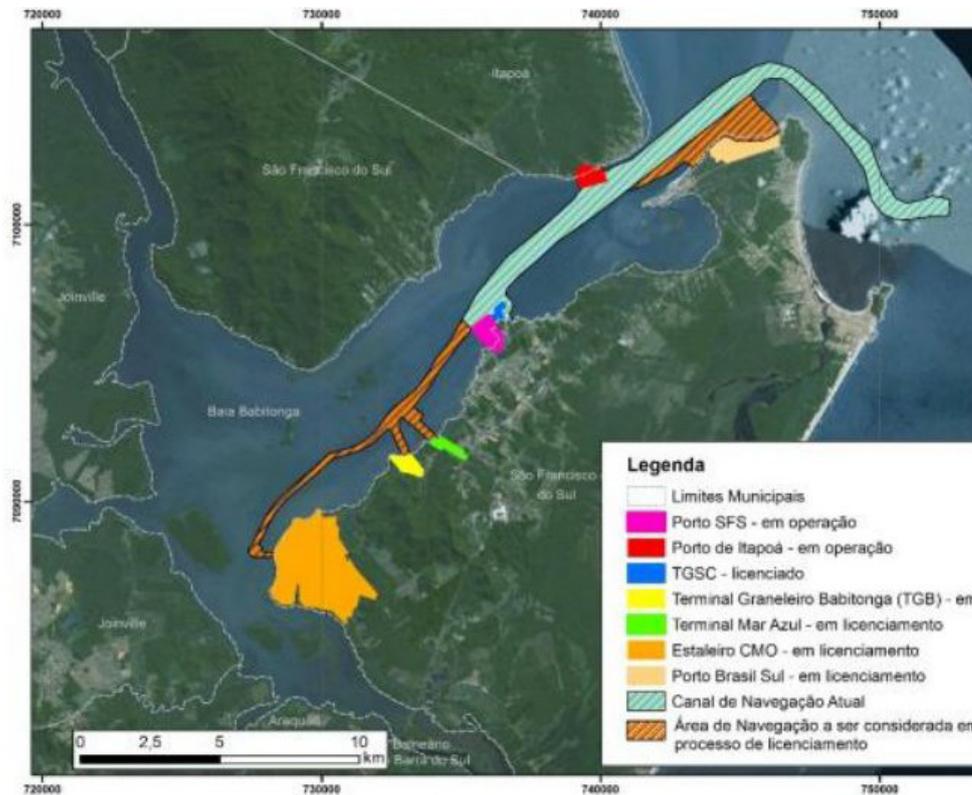
O desenvolvimento econômico é primordial para qualidade de vida. Não há como se falar em desenvolvimento se não pensarmos em produção, desenvolvimento tecnológico e científico, geração de renda e bem-estar da comunidade. Por outro lado, o desenvolvimento demanda a utilização de novas áreas, como também a extração de matéria prima. Essas alterações constantes da cobertura original do solo, quando desordenadas, podem gerar diversos impactos ambientais, através da redução da qualidade de vida da população e biota local. Desta forma, o desenvolvimento deve ocorrer de forma ordenada e planejada, para que seus benefícios superem os prejuízos, ou no mínimo compensem.

A Baía Babitonga possui uma superfície de 1.567 km<sup>2</sup>, drena terrenos de cinco municípios circundados: Garuva, Joinville, São Francisco do Sul, Araquari e Balneário Barra do Sul. Conhecida por ser o maior complexo estuarino do Estado de Santa Catarina (Vieira et. al., 2008).

A Portaria nº 09 de 2007 do Ministério do Meio Ambiente (MMA), indicou a Baía Babitonga como área tanto de importância ecológica como prioritária de ação. Além disso, as portarias 444 e 445 de 2014 também do MMA, contempla mais de 50 espécies ameaçadas de extinção, dependem da Baía Babitonga. Por outro lado, temos a exploração econômica, através da pesca e da atividade portuária, além de ser receptor de atividades industriais.

Mesmo sendo um ambiente de tamanha importância ambiental, a Baía Babitonga é cenário de diversos tipos de uso do espaço, sendo como fonte de renda ou lazer, como: pescadores, maricultores, diversões náuticas, transporte aquaviário, entre outros tipos de indústrias situadas às suas margens.

Figura 1 - *Mapa da localização de empreendimentos portuários operantes e em processo de licenciamento ambiental.*

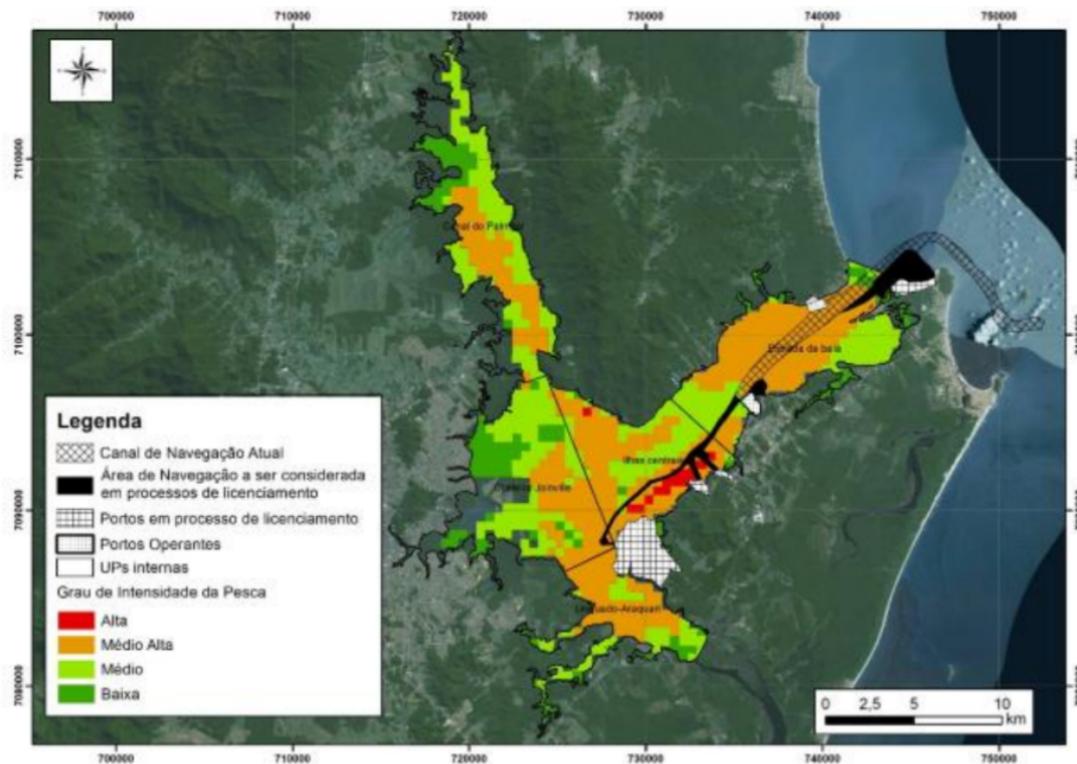


FONTE: *Babitonga Ativa (2017).*

Como visualizamos na figura 1, a região possui empreendimentos de grande porte, instalados a suas margens, contemplando dois portos em operação, além de no mínimo seis projetos para instalação de novas áreas. A atividade portuária, demanda além da sua área fixa de operação, uma grande área de navegação, que em determinadas épocas, necessitam de melhorias, como no caso, grandes áreas de dragagens.

Dividindo o mesmo espaço, conforme demonstrado na Figura 02, a Baía Babitonga é abrigo de comunidades tradicionais pesqueiras, que adquirem sua renda na pesca local a mais de 3 gerações. Segundo dados do Projeto Toninhas (2014), há mais de 200 pessoas cadastradas na região como pescadores artesanais.

Figura 2 - *Portos em operação ou em processo de licenciamento e grau de intensidade de pesca na Baía Babitonga.*



FONTE: Babitonga Ativa(2017).

Segundo dados do Babitonga Ativa (2017), a área possui atividade pesqueira, considerada de média a alta intensidade. Essas comunidades estão inseridas em áreas onde há projetos de novos portos ou em sua rota de navegação.

Conforme visualizamos na figura 02, os diferentes usos da Baía podem gerar conflitos entre si, além de causar impactos ambientais significativos pela necessidade de grandes espaços para atividade portuária.

Pelo exposto, a situação atual da Baía Babitonga é delicada, considerando sua inquestionável importância ecológica, abrigo de pescadores tradicionais que adquirem sua renda a gerações no espaço, além de ser área logisticamente propícia para operação portuária. Achar um equilíbrio entre essas questões é uma discussão difícil e abrangente, devendo ser criteriosamente estudada. Assim, é imprescindível haver um monitoramento desses possíveis conflitos, como também pensar em alternativas que garantam uma melhor qualidade de vida dos afetados.

## Referências

GERHARDINGER, C. L. et al. (org.) Diagnóstico socioambiental do ecossistema Babitonga. Joinville, SC: Universidade da Região de Joinville (Univille)/ Projeto Babitonga Atiiva. 2a ed., 2017. 271p.

Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1jC3R8SfNreb4KbDg8mHEauLkR0t-Etep/view>. Acesso em 30 de janeiro 2021.

MMA. Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade das Zonas Costeira e Marinha. Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA / SBF, 2007.

VIEIRA, C. V. et al. Caracterização morfo sedimentar e setorização do complexo estuarino da Baía Babitonga/SC. Boletim Paranaense de Geociências, n. 62-63, p. 85-105, 2008. Editora UFPR.

# *Expansão Urbana de Araquari – Processo de gentrificação*

*Gracianne Kovalski de Melo*

As atividades econômicas da região norte catarinense, entre Joinville e São Francisco do Sul, incluem as portuárias e industriais, que tem como área diretamente ou indiretamente afetada a Baía da Babitonga. Esta área é ambientalmente prejudicada, pois há um maior risco de contaminação da água, seja por coliformes fecais, metais pesados ou óleo. Por sua vez, a Babitonga é rodeada por florestas de planície costeiras do Bioma Mata Atlântica. Estas florestas de mangue, restinga tem o papel importante na absorção das águas pluviais.

A urbanização torna-se uma necessidade quando há uma pressão econômica e social crescente, provocada por uma demanda demorada e emprego. Esta pressão impacta nas ações governamentais, por meio de mecanismos legais. Um destes mecanismos é o Plano Diretor. (Rever esta afirmação, pois, em tese, o Plano Diretor é uma forma justamente de impedir que o desenvolvimento urbano sofra pressão de grupos econômicos e ocorra de maneira desordenada, sem controle, etc.)

A partir do momento que Joinville atinge seu limite horizontal de crescimento, limitado a Baía e a Serra, a demanda por moradia se espalha para regiões mais afastadas de seu centro. Surge a necessidade de mão de obra, cria-se a oferta de trabalho, tornando-se convidativo aos migrantes, que vem motivados pelo sonho da moradia digna e do emprego.

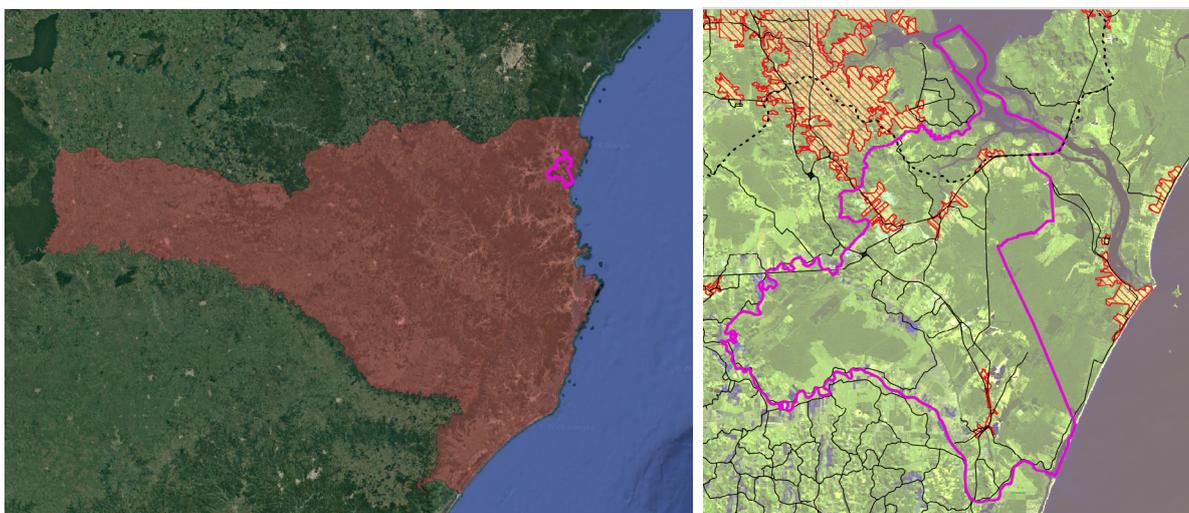
Nas frases e/ou períodos acima descritos não ficou claro a relação entre desenvolvimento horizontal e oferta de empregos. Talvez inverter as afirmações. Sugestão de escrita: “Com o desenvolvimento econômico gera-se uma demanda por mão-de-obra. Atraídos por uma crescente oferta de empregos, passa-se a observar um processo migratório. Com o aumento populacional a cidade atinge seu limite horizontal tendo como limites a Baía e a Serra. Consequentemente, a demanda por moradia pressiona a

ocupação de áreas de preservação ambiental, dentre as quais, os mangues.”

Com a criação de moradias mais afastadas, em áreas com maiores riscos ambientais, são ofertados lotes para pessoas de menor renda. Deste processo de urbanização, ocupação irregular, como consequência da desigualdade econômica e social, está sujeita a acontecer.

Nesse contexto, se descreve Araquari: é um município localizado no norte catarinense, fazendo parte da mesorregião de Joinville, sendo este o município mais populoso do estado. O centro de Araquari tem uma estação de trem da linha férrea e acesso ao rio do Príncipe. É uma típica cidade pequena, se tratando de urbanização, cujo centro tem uma igreja, uma escola, um posto de saúde, um cemitério. Porém, Araquari tem como característica uma rodovia em seu eixo, “fatiando a cidade em duas partes”. É uma região de passagem, um elo entre a zona industrial de Joinville e a zona portuária de São Francisco do Sul. Ao mesmo tempo que tem localização estratégica para galpões logísticos, devido a acessibilidade a duas estradas federais importantes (BR101 e BR280), Araquari também é passagem para os turistas e joinvilenses proprietários de casas de verão, nas praias de São Francisco do Sul e Barra do Sul. Este tráfego impacta diretamente na vida das pessoas que residem em Araquari. Além disso, Araquari detém reservas indígenas.

**Figura 1 - Localização de Araquari**



Org.: autora, 2020.

O município tem uma população estimada em quase 40 mil pessoas no ano de 2020. Em 2019, foi a cidade com maior aumento populacional de Santa Catarina. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) calculado em 2010 resultou 0,7. Enquanto o Índice de Gini, que considera a igualdade dos 20% mais ricos com os 20% mais pobres, foi de 0,41. (Estabelecer uma breve análise entre o IDH e o Índice de Gini) Relacionado ao território e ao ambiente, os índices indicam baixa urbanização das vias públicas e apenas 64% do esgotamento sanitário adequado. (IBGE, acesso em 20/11/2020).

Observando estes dados estatísticos, pode se concluir que a cidade está se urbanizando e que é necessário infraestrutura. Entretanto, em um contexto ambiental global, como fator limitante aos interesses econômicos, Araquari apresenta núcleos da biosfera do Bioma Mata Atlântica. É uma zona de importância extremamente alta para conservação (MMA, 2007). Além disso, é uma planície, com altitude média de 9 metros. A urbanização neste habitat causa o impacto ambiental da diminuição de mangues e restinga. Estas florestas tem o papel importante na absorção das águas pluviais. Suprimir estas áreas impacta em alagamentos e enchentes.

É notória a crescente urbanização, por meio de loteamentos destinados à classes sociais de menor renda, instalados ao redor da rodovia BR280. O transporte rodoviário é o único modal de acesso a cidade. Alternativas a este modal são inexistentes. Portanto, a necessidade do automóvel para se locomover e acessar a serviços existenciais (hospital, supermercado) de uma população com menor recurso financeiro para tal, remete ao isolacionismo. Este é um dos fatos que exemplifica a injustiça econômica social e o processo de gentrificação dessa região.

Considerando gentrificação como sendo uma apropriação do ambiente ou uma modificação na dinâmica de uso deste, em função da renda social, é possível identificar inúmeros exemplos desse processo na evolução urbana de Araquari, como a valorização imobiliária do bairro Centro em contrapartida à oferta por moradia popular no lado oposto à rodovia.

O artigo “Cidades em crise” (Delorenzo, et. al 2012) descreve o processo de urbanização no Brasil e apresenta algumas reflexões, das quais

destaco três :

1. *“cidades pequenas e médias, que não passaram pelo ciclo de urbanização como as grandes em meados dos anos 1950, vivem uma expansão urbana acelerada, multiplicando o caos, que antes era das grandes cidades”.*

2. *‘é o mercado imobiliário formal, os órgãos das incorporadoras, são as empresas de ônibus, as empresas de lixo. Esses caras financiam as campanhas e, quando o candidato ganha, já assume amarrado.’*

3. *“Migração em função da criação de canteiros de obras, que geram empregos. Mas a cidade não dá conta de atender a todas essas pessoas. São cidades sem infraestrutura e saneamento e com transporte e habitação precários”.*

A expansão urbana acelerada em Araquari, provocada pela abertura de loteamentos, mais rápida que as ações públicas no fornecimento de infraestrutura e equipamentos públicos, tem forte chance de desencadear uma série de problemas sociais, aumento da demanda por educação, mobilidade, renda e a ineficiência da gestão pública aliado as conveniências políticas. A influência direta da governança nessa dinâmica de expansão está no mecanismo do plano diretor, que documenta as diretrizes para a ocupação do território.

O Município tem três estações de tratamento de água (Casan), não tem aterro sanitário, tem uma única rodovia principal de acesso, inexistência de ramais que liguem vias colaterais às vias principais. Araquari está preparada para receber mais pessoas, em um crescente processo emigratório?

Em paralelo a esta situação, há o aumento do custo de vida no bairro centro, enquanto há uma ocupação irregular no outro lado da rodovia e loteamentos industriais e residências. O valor imobiliário, o custo de produtos e valor de serviços no centro são maiores. O município influenciou nessa dinâmica a partir de ações, como exemplo, a criação do

parque, modificações no paisagismo, licença para condomínio fechado com acesso privado ao rio. Enquanto equipamentos urbanos nos demais bairros são escassos.

### ***Considerações Finais***

Ao avaliar o estado da gentrificação no processo de urbanização de Araquari, desde a “Força Motriz”, há uma pressão para que Araquari exerça a função como apoio logístico na rota industrial portuária. O bairro centro concentra a Prefeitura, as agências de banco, o Fórum, tornando-se uma central público-administrativa, onde mora grande parte dos servidores públicos e vereadores. A consequência é um aumento do custo de vida e a gentrificação neste bairro. A migração que surge pela oferta de emprego e moradia força uma situação de ocupação em áreas, regulares ou não, ambientalmente importantes e com maiores riscos ambientais, encravadas entre rodovia e áreas protegidas.

Essa situação de ocupação em áreas de maiores riscos ambientais gera no mínimo, diminuição das florestas costeiras do Bioma Mata Atlântica, aumento na geração de resíduos, da demanda por água, energia, serviços de saúde, e claro, mobilidade. Como efeitos, poderá haver enchentes, doenças sanitárias, escassez de água, de médicos, exigindo ações ao enfrentar os problemas, por meio de Políticas públicas e promoção de equipamentos urbanos coletivos.

# ***Análise dos impactos da construção de Santo Antônio e Jiral no município de Porto Velho - RO***

*Jairo Tschurtschenthaler Costa*

## ***Forças Motrizes***

O município de Porto Velho tem passado por uma recente mudança ambiental e populacional bem como no desenvolvimento local de forma radical, com a construção das Usinas de Santo Antônio e Jiral que faziam parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007. Apesar das usinas construídas utilizarem conceitos de menor impacto ambiental e maior aproveitamento hídrico do Rio Madeira, segundo maior rio do Brasil, com a proposta de oferecer energia limpa e barata, respeitando crescimento populacional e o meio ambiente, mas não foi o que aconteceu.

## ***Pressões***

Com uma proximidade tão grande do município de Porto Velho, somente 10 km, e com uma população no ano de 2000 de 334.661 habitantes segundo o IBGE (2010), já se esperava que o impacto fosse maior que o prevista, com a experiência de outras duas grandes explosões demográficas no município, sendo o Ciclo da Borracha (1942 e 1945) e o ciclo do ouro (1978 – 1992) mas não com a intensidade que ocorreu, sendo que em menos de 1 ano a população de Porto Velho passou para 428.527 (IBGE, 2010).

## ***Estado***

Segundo Relatório de Impactos Ambientais (IBAMA 2007) somente

seriam afetados os distritos portovelhenses de Mutum-Paraná e parte de Jaci-Paraná, mas segundo o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) no acompanhamento da Cheia do Rio Madeira no dia 11/03/2014, demonstrou que a menor vazão registrada no ano de 2014 supera 20.000 m<sup>3</sup>/s, e a maior vazão registrada é de 56.063 m<sup>3</sup>/s também no mês de março (SANTORO, 2012).

### *Impactos*

Os pontos de alagamento forçaram que fazendeiros e agricultores mudassem suas áreas de cultivo para espaços antes ocupados somente por florestas, expandindo a ocupação no entorno do município, isso causou uma especulação imobiliária e rural. As demandas por aluguel e compra de imóveis cresceu de uma maneira que muitas construções irregulares foram realizadas para atender a citada demanda.

Com um crescimento tão acelerado a cidade, que sempre este entre as 10 piores cidades em saneamento básico do País (TRATABRASIL, 2017), pouco foi feito em melhoria de infraestrutura de saneamento básico, nem mesmo de infraestruturas de mobilidade urbana, demonstrando que não só os estudos foram incorretos como os impactos socioambientais foram subestimados.

De uma pacata capital do Norte do Brasil, Porto Velho se tornou uma cidade que, segundo Mapa da Violência de 2012, figurava entre as 10 cidades mais violentas do Brasil, loteamentos foram criados em áreas antes preservadas, principalmente na margem direita do Rio Madeira, que agora conta com uma ponte sobre o rio. Nas figuras 1, 2 e 3 podemos verificar essa mudança de ocupação territorial e o alargamento do Rio Madeira, é de se ressaltar a mudança gigantesca dos anos de 2008 para 2010.

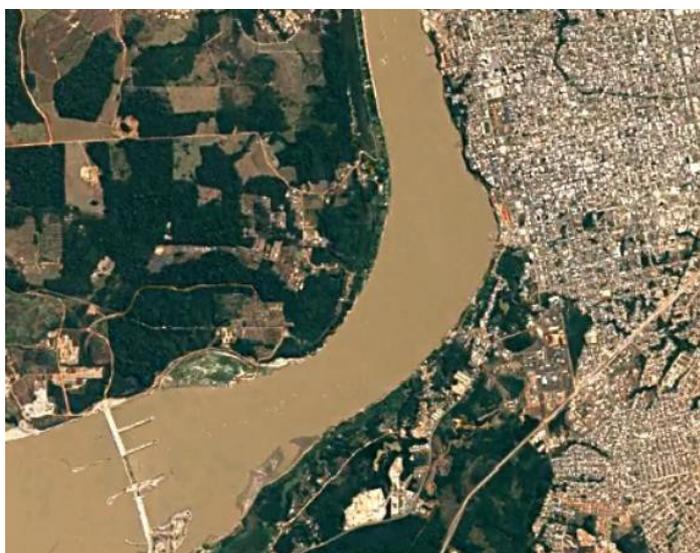
**Figura 1: *Porto Velho 2008 - Google Earth Timelapse***



**Figura 2: *Porto Velho 2010 - Google Earth Timelapse***



**Figura 3: *Porto Velho 2018 - Google Earth Timelapse***



## *Considerações finais*

É evidente que devemos nos prepararmos melhor para o crescimento que o Brasil vem tendo, como em Porto Velho que a compensação dos impactos cobrados das empresas foi aplicado em praças ou escolas em locais que nem mesmo alunos tem, deveria ter sido investido em saneamento básico e maior investimento para condensar as áreas devastadas pela construção das usinas, como no caso de Porto Velho que transformou a cidade para pior, ainda que tenha injetado uma grande quantidade de dinheiro e investimentos iniciais, em pouco tempo boa parte das empresas que atuaram na construção que inchou a população foi embora, deixando uma quantidade gigantesca de pessoas desempregadas, elevando ao aumento da violência e da pobreza, tirando um hábito regional de ficar conversando sentados em frente a suas casa em reuniões fechadas por traz de muros altos.

Esse cenário criou em uma das cidades mais prósperas da região Norte, chamada anteriormente de o “Novo Eldorado”, em uma cidade violenta ao ponto de as pessoas não terem segurança de andarem na rua sem o medo de serem assaltada, com uma quantidade imensa de bairros criados sem infraestrutura mínima, criando situações degradantes de vida, além de destruírem áreas que anteriormente eram preservadas em novos espaços urbanos ou em lavouras e pasto.

Podemos assim concluir que o impacto na implantação das usinas de Santo Antônio e Jirau em Porto Velho são um exemplo de como o desenvolvimento desenfreado, sem planejamento e reais planos de compensação sejam executados visando o equilíbrio entre meio-ambiente, população e crescimento.

## **Referências**

CENSO. Sinopse do Senso Demográfico 2010. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=11>, acesso em: 20 de novembro de 2020.

SANTORO, P.F.; FERRARA, L. N.; WHATELY, M. Mananciais: diagnóstico e políticas habitacionais. [s.l: s.n.]. WAISELFISZ, J. J. Mapa da Violência Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil. p. 71, 2012.

TATRA BRASIL. Ranking do Saneamento 2017. Disponível em: <http://tratabrasil.com.br/estudos/estudos-itb/itb/ranking-do-saneamento-2020>, acesso em: 20/11/2020.

# *Anotações de sala*

# *Pesquisa de informações e respostas às questões do roteiro de análise*

*Mateus Lopes da Silva Tosetto*

Esta é uma proposta de análise inicial para estudo da gentrificação em questão. Muitas vezes, é necessário um esquema de estudo para melhor aproveitamento e identificação dos fatos que compõe o problema a ser analisado.

## *I) O que está ocorrendo com o meio ambiente?*

O Parque Industrial Tupy hoje está em um lugar irregular para uma indústria metalúrgica, causando impactos ambientais e sociais.



Figura 1. – Mapa de Localização da Zona Industrial Tupy. (SIMGEO, 2020)

## *II) Por que ocorre isto?*

A empresa Tupy S.A. é uma empresa fundada em 9 de março de 1938

por Albano Schmidt, Hermann Metz e Arno Schwarz em Joinville com o objetivo de produzir artefatos metálicos, acompanhou a industrialização no Brasil e região (TUPY, 2020). Localizada na Rua Albano Schmidt, Zona Industrial Tupy, possui uma história no desenvolvimento da cidade, ao longo do seu desenvolvimento industrial, se deu um aumento no adensamento na cidade nos bairros Boa Vista e Comasa, em função da geração de empregos. Porém em 1965 foi criada a Zona Industrial Tupy a beira da Baía da Babitonga para a instalação do parque industrial, causando uma valorização dos lotes adjacentes, fazendo com que os trabalhadores se deslocassem mais para o sul da cidade (NASCIMENTO, 2014). Posteriormente em 2003 foi criada a Unidade de Conservação Área de Interesse Ecológico – ARIE do Morro do Boa Vista ao lado do parque industrial criando uma Zona de Amortecimento na área (JOINVILLE, 2003).

### ***III) Que podemos fazer e o que estamos fazendo agora?***

Deslocar a empresa para uma área que não tenha essas restrições que hoje são claras para o parque industrial, porque o direito à propriedade é considerado como absoluto, mas só vai até o momento que cumpre sua função social (DELORENZO, 2020).

### ***IV) O que acontecerá se não atuarmos agora?***

A ocupação a beira da baía será cada vez maior, principalmente se houver expansões da fábrica na região.

## **2 – Referências Bibliográficas**

DELORENZO, Adriana; BRITO, Gisele e FARIA, Glauco. Cidades em crise. Revista Forum, Redação (online). 25 de junho de 2012. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/revista/cidades-em-crise/>. Acesso em: 17 de julho de 2020.

NASCIMENTO, Manoela do. Ordenamento territorial e densidade urbana: o caso de Joinville/SC. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

JOINVILLE. Decreto nº 11.005, de 07 de março de 2003. Cria a Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro do Boa Vista. Joinville: Câmara Municipal, [2003]. Disponível em: <https://cm-joinville.jusbrasil.com.br/legislacao/508151/decreto-11005-03>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SIMGEO, Sistema de Informações Municipais Georreferenciadas. SIMGeo Downloads. [2020]. Disponível em: <https://geoprocessamento.joinville.sc.gov.br/download>. Acesso em: 20 nov. 2020.

TUPY. **História**. [2020]. Disponível em: <https://www.tupy.com.br/portugues/empresa/historia.php>. Acesso em: 20 nov. 2020.





